

**PORTARIA Nº 005/2018**

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os Processos Administrativos nºs 0001177-50.2006.8.06.0000 (2006.0000.0301-8); 0405385-22.2000.8.06.0000 (199524718); 0096609-93.2006.8.06.0001 (2006.0001.9810-2); s0036914-75.2010.8.06.0000 (7822010), **RESOLVE** aposentar por invalidez, a partir de 23 de dezembro de 2005, **RAIMUNDO FERNANDES DA COSTA**, na função de Agente Judiciário de Vigilância de Menores, Matrícula 96171.1/6, nos termos dos arts. 152, parágrafo único, 154 e 89 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (redação dada pela Lei estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005), e art. 40, § 1º, I, e §§ 3º e 17, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) combinado com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais, abaixo indicados:

I – a partir de 23 de dezembro de 2005, no valor total de R\$ 2.421,96 (dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos), abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 13.369/2005) AJ-18 (Trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos)	R\$ 324,66
Progressão Horizontal – 15%(Art.43, § 1º da Lei nº 9.826/74) (Quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos)	R\$ 48,69
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde – 40% (Lei estadual nº 11.270/86) (Cento e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos)	R\$ 129,86
Gratificação Judiciária – 40%(Lei estadual nº 11.715/90) (Cento e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos)	R\$ 129,86
Gratificação de Exercício – 100% (Lei nº 11.488/88) (Trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos)	R\$ 324,66
Vantagem Pessoal (Hum mil e doze reais e noventa e oito centavos)	R\$ 1.012,98
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos)	R\$ 451,25
<b>TOTAL</b> (Dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos)	<b>R\$ 2.421,96</b>

sII – a partir de março de 2012, no valor de R\$ 5.643,27 (cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.102/2011) FPJNM-06 (Dois mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)	R\$ 2.974,97
Progressão Horizontal – 15%(Art.43, § 1º da Lei nº 9.826/74) (Quatrocentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos)	R\$ 431,24
Gratificação Por Alcance de Metas (GAM) - 30% (Art. 11 da Lei estadual nº 14.786/2010) (Oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos)	R\$ 862,49
Vantagem Pessoal (Hum mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)	R\$ 1.474,57
<b>TOTAL</b> (Cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos)	<b>R\$ 5.643,27</b>

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 23 dias do mês de janeiro de 2018.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

**PORTARIA Nº 1059/2018**

DISPÕE SOBRE HABILITAÇÃO DE CORRETOR PÚBLICO, NA FORMA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 37/2018.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, em especial o item 7.4 do Edital de Credenciamento nº 37/2018, publicado no DJe de 14 de março de 2018,

**CONSIDERANDO** o deliberado pela Comissão Permanente de Leilão Eletrônico, instituída através da Portaria nº 979/2017, alterada pela Portaria nº 1397/2017, que, da análise do CPA nº 8506378-04.2018.8.06.0000, em relação a documentação necessária ao credenciamento de corretor público, considerou atendidas as exigências do Edital de Credenciamento nº 37/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Deferir a habilitação, como **CORRETOR PÚBLICO**, do Sr. **JOSÉ ROBERTSON BEZERRA**, Creci/CE nº 3505, CPF nº 220.629.393-53, que fica, desde já, convocado a apresentar o correspondente Termo de Compromisso de que trata o “anexo 3” do referido Edital.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2018.

DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSSON PONTES

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA